

Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo**

A globalização das economias e os novos fluxos migratórios têm tornado crescente o contacto com «outros» percebidos como culturalmente diferentes, podendo dizer-se que, na Europa de hoje, a diversidade cultural e a unidade das sociedades tornaram-se um dos grandes desafios à democracia (Touraine, 1998). Este problema tem dimensões jurídicas, políticas e éticas, mas envolve também crenças, representações e atitudes. A questão que a este último nível se coloca é a de saber como reagem as pessoas à experiência da diferença cultural, como incorporam a diferença na experiência de vida pessoal e como a representam nas relações interpessoais e intergrupais. Por exemplo, num estudo realizado junto de uma amostra representativa da população holandesa, van Oudenhoven, Prins e Buunk (1998) verificam que os inquiridos avaliam mais positivamente os imigrantes surinameses e turcos que abandonam a sua cultura e se mostram assimilados pela cultura holandesa do que aqueles que preservam a sua cultura. Estes resultados são coerentes com algumas explicações populares para a xenofobia e o racismo. De acordo com estas explicações, seria o medo da diferença que explicaria a discriminação racial ou étnica. Mas como entender então que, de acordo com o *Eurobarómetro* de 1997, seja maior o número de europeus que declaram que as minorias culturais devem conservar as suas diferenças (apenas com excepção daquelas que não estão de acordo com as leis dos países de acolhimento) do que aqueles que defendem que as minorias devem abandonar a sua própria cultura? Como explicar esta aceitação da diferença cultural?

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Os autores agradecem as sugestões e comentários dos colegas Isabel Correia e Diniz Lopes e as contribuições de Helena Faria.

Os processos relacionados com a construção e a percepção da «diferença cultural» são tanto mais importantes quanto os conflitos entre grupos percebidos como diferentes se foram afastando progressivamente do eixo das teorias sociais ou das representações sociais sobre a «raça» para se aproximarem progressivamente das teorias sociais sobre a «cultura» (v. Vala, Lopes e Brito, 1999, e Pina Cabral, 1997), de tal forma que é hoje possível falar de um «racismo cultural» (Taguieff, 1990). Este percurso apresenta características comuns aos vários países com passado colonial, mas reveste, em Portugal, importantes especificidades passadas (v. Alexandre, 1999, Bastos, 1998, e Castelo, 1999) e actuais (Almeida, 2000), que têm sido objecto de reflexão crítica, mas que também continuam a ser objecto de idealizações reiteradas (por exemplo, Areia, 2000).

É no contexto do entendimento das reacções à diferença cultural e no contexto das novas expressões do racismo que esta pesquisa analisa os efeitos da mudança ou da resistência à mudança cultural de um grupo racializado, «os negros», na sua representação por parte de membros de um grupo maioritário («brancos»).

PERCEPÇÃO DA DIFERENÇA E DISCRIMINAÇÃO

Os resultados do estudo de van Oudenhoven e colaboradores, que citámos, não são um caso único. Resultados semelhantes decorrem da análise realizada por Pettigrew e Meertens (1995) do *Eurobarómetro* de 1987 sobre racismo e xenofobia. Esta análise mostra um padrão de crenças que os autores identificaram como racismo subtil. Este padrão de crenças racistas manifesta-se na acentuação das diferenças culturais das minorias e na sua inferiorização cultural. O mesmo estudo mostra que este padrão de crenças se correlaciona claramente com a orientação para a discriminação dessas mesmas minorias. Resultados idênticos aos de Pettigrew e Meertens foram depois obtidos em Itália relativamente aos norte-africanos (Arcuri e Bocca, 1999), na Austrália relativamente aos aborígenes (Walker, 1994), na Suécia relativamente aos imigrantes em geral (Akrami, Ekehammar e Araya, 2000) e em Portugal relativamente aos africanos negros (Vala, Brito e Lopes, 1999). No estudo realizado em Portugal mostra-se que a percepção de diferenças culturais não é uma descrição neutra de diferenças, mas uma avaliação negativa da diferença, e que, quanto maior é a diferença percebida entre brancos e negros, maior é a orientação para a discriminação dos negros nas políticas sociais e para a restrição dos direitos sociais e de cidadania política dos imigrantes negros. Uma nova análise de dados do *Eurobarómetro* de 1987 realizada por Leach, Peng e Volckens (2000) mostra que a percepção de

diferenças culturais se encontra associada a uma atitude negativa face aos norte-africanos e vietnamitas em França, face aos surinames na Holanda, face aos indianos e caribenhos em Inglaterra e face aos turcos na Holanda e na Alemanha.

Estes resultados podem ser explicados pela teoria da congruência de crenças (TCC) de Rokeach (1960) e, de uma forma mais geral, estão de acordo com a teoria da comparação social de Festinger (1954). A TCC considera que o principal determinante das atitudes interpessoais é o grau de semelhança ou congruência de crenças, atitudes e opiniões. Segundo Rokeach, a semelhança de crenças entre duas pessoas conduz à atracção, enquanto a diferença conduz à rejeição. No nível intergrupar, esta teoria defende também que «as crenças são mais importantes na determinação da discriminação do que as pertenças étnicas ou raciais» (Rokeach, Smith e Evans, 1960, p. 135). Numa pesquisa realizada por estes autores mostra-se, por exemplo, que, quando brancos teístas eram convidados a mostrar preferência por um branco ateu ou um negro teísta, optavam pelo negro. De uma forma geral, os resultados destes estudos indicam um efeito marginal da pertença categorial e um efeito robusto da semelhança de crenças (e. g., Rokeach e Mezzei, 1966).

No plano interpessoal, a TCC foi desenvolvida pela teoria da semelhança/atracção de Byrne (1971). A partir dos anos 80, ao nível intergrupar, esta mesma teoria deu origem a novas pesquisas que mostram como, em certas condições, a percepção de diferenças culturais facilita a discriminação (Moe, Nacoste e Insko, 1981; Taylor e Guimond, 1978). Por sua vez, Biernat e colaboradores encontram, numa série de estudos, uma relação entre intolerância à diferença de crenças e a discriminação intergrupar (v. Biernat, Vescio, Theno e Crandall, 1996). Resultado semelhante foi verificado por Vala, Lopes e Brito (1999) num estudo sobre racismo: estes autores mostram que, quanto maior for a intolerância dos inquiridos à diferença cultural, mais acentuada será a percepção de diferenças culturais entre brancos e negros, maior será a crença na incapacidade de adaptação dos negros aos valores da modernidade ocidental e maior será a adesão ao racismo flagrante. É ainda a teoria de Rokeach e colaboradores que fundamenta as bases psicológicas do chamado racismo moderno (McConahay, 1986), do racismo simbólico (Kinder e Sears, 1981) e ainda, como se referiu, do racismo subtil (Pettigrew e Meertens, 1995).

Além destes estudos, outros ainda têm posto em evidência a associação entre semelhança cultural, atracção e expectativas de redução de conflitos entre grupos (e. g., Berry, Kalin e Taylor, 1977, Brewer e Campbell, 1976, LeVine e Campbell, 1972, e Struch e Schwartz, 1989). Por sua vez, Moscovici e Pérez (1999) mostram que as pessoas exprimem mais preconceito contra

os ciganos quando são salientadas as estratégias que a maioria branca desenvolveu para os integrar e quando, simultaneamente, se mostra que eles souberam preservar as suas diferenças culturais. Além disto, os resultados destes autores salientam que a expressão deste preconceito toma a forma de naturalização e desumanização dos ciganos.

Os resultados referidos, de uma maneira geral, podem ser entendidos no quadro de factores motivacionais, na medida em que a percepção de diferença pode ser vista como uma ameaça à congruência cognitiva ou ao equilíbrio cognitivo (v. Heider, 1958). Estes mesmos resultados podem ser lidos no quadro da percepção de ameaça aos valores do endogrupo, na medida em que se imagina que os valores diferentes do exogrupo podem contaminar, violar ou mesmo destruir os valores do endogrupo (Haddock, Zanna e Esses, 1994; Kinder e Sears, 1981; McConahay, 1986). Finalmente, factores epistémicos poderão também estar subjacentes aos resultados relatados. De facto, se estendermos a teoria da comparação social de Festinger (1954) ao nível de análise intergrupar, podemos supor que as diferenças percebidas entre os valores do endogrupo e os valores do exogrupo poderão ser vistas como uma ameaça à validade dos valores do endogrupo, no sentido em que a simples constatação de um outro sistema de valores retira aos valores do endogrupo o seu carácter universal, consensual, e, por isso, questiona a sua validade.

De uma forma mais geral, podemos assumir que são as relações intergrupais que definem a pertinência e a visibilidade das diferenças culturais e que vão configurar quer a cultura do endogrupo, quer a cultura do exogrupo, como entidades coerentes. Na linha deste argumento, Wierviorka (1995) sugere que as diferenças só ganham sentido no quadro de relações intergrupais pautadas por assimetrias de poder e que só se é diferente relativamente a um referente normativo, enunciado pelo dominante. O nosso argumento é, pois, o de que é através de processos psicológicos e sociológicos que vão sendo tornadas explícitas configurações culturais diferenciadas de um endogrupo relativamente a um exogrupo, com base nas quais se criam progressivamente identidades e se confere sentido às relações intergrupais. Mas são exactamente factores intergrupais e identitários que tornam plausível uma outra hipótese, oposta à que enunciámos, sobre as consequências da percepção da diferença. É esta outra hipótese que passamos a enunciar.

PERCEPÇÃO DA SEMELHANÇA E DISCRIMINAÇÃO

A teoria da identidade social (TIS) de Tajfel (1974) associa a auto-estima individual à identidade social positiva decorrente da pertença a grupos sociais. Ora, segundo esta mesma teoria, a distintividade dos grupos, que associamos

à nossa auto-representação, constitui um dos factores fundamentais na representação positiva desses grupos (v. Amâncio, 2000). Daqui podemos concluir que esta teoria sugere que a percepção de semelhança de valores, crenças ou atitudes entre grupos constitui uma ameaça à identidade desses grupos. Consequentemente, será a percepção de semelhança, e não a percepção da diferença, que pode facilitar a discriminação intergrupala. À luz da TIS, a percepção de semelhança entre um endogrupo e um exogrupo constitui, assim, uma ameaça à percepção do endogrupo como único e particular, factores críticos na própria percepção de identidade. Pelo menos nalgumas condições, a semelhança intergrupala pode, pois, ser entendida como ameaçadora da própria identidade grupal e, consequentemente, da identidade pessoal, questão que foi desde muito cedo examinada no quadro da TIS (v. Brown, 1984). Aliás, é possível fazer decorrer esta mesma hipótese da teoria da diferenciação social de Lemaine (1974) e da teoria da distintividade óptima de Brewer (1991), ou ainda da teoria da diferenciação pessoal de Codol (1984). Num contexto social como o de hoje, em que a defesa dos interesses dos grupos (maioritários ou minoritários) se faz muitas vezes através da construção (tantas vezes demasiado rápida) e da mobilização de factores identitários (o que remete para a acentuação da diferença), a hipótese de que é o sentimento de semelhança, e não o sentimento de diferença, que suscita o preconceito deve, pois, reter a nossa atenção.

Como referimos anteriormente, a maioria dos inquiridos no *Eurobarómetro* de 1997 declararam que as minorias culturais deveriam preservar as suas diferenças. Não terá esta resposta subjacente uma preocupação com a defesa da identidade cultural dos respondentes? Quando estes dizem «conservem as vossas diferenças», não estão a dizer «guardem a vossa identidade e não contaminem a nossa»? Esta hipótese é geralmente pouco discutida nas análises quotidianas sobre os conflitos intergrupais. Contudo, repare-se como a preocupação com a expressão da diferença é tantas vezes exacerbada, nomeadamente no mundo de hoje, em que as pressões — percebidas ou reais — para a semelhança, a homogeneização e a uniformidade são enormes. A semelhança do outro categorizado como membro de um exogrupo pode, assim, ser percebida como uma ameaça aos valores do grupo e à sua identidade.

Neste sentido, a hipótese da teoria da identidade social (TIS) pressupõe, contra a hipótese da teoria da congruência de crenças (TCC), que a pertença categorial é mais importante do que as crenças na determinação da discriminação e que a semelhança, e não a diferença, induz a discriminação. O primeiro apoio empírico para esta hipótese foi obtido por Billig e Tajfel (1973) num estudo realizado no contexto dos chamados grupos mínimos. Estes autores utilizaram como variáveis independentes uma categorização mínima (grupo X vs. grupo W) e uma semelhança também mínima (preferência por um

determinado tipo de pintura abstracta). A variável dependente foi o favoritismo pelo endogrupo avaliado em várias matrizes de distribuição de recursos. Os resultados combinados das várias matrizes, através das quais foi medida a discriminação exogrupal, indicam dois efeitos principais: o da similaridade, embora pouco robusto, e o da categorização, este mais robusto. São os grupos apresentados como semelhantes ao endogrupo que são mais discriminados. Estes resultados contradizem a hipótese da TCC de Rokeach e colaboradores e corroboram as hipóteses da TIS de Tajfel.

As predições das duas teorias foram, mais tarde, analisadas numa pesquisa conduzida por Diehl (1988) ainda no quadro do paradigma dos grupos mínimos. No estudo 1, Diehl, manipulando a semelhança de atitudes ao nível interpessoal, verifica que a discriminação intergrupar foi influenciada pela similaridade no caminho predito pela TCC: os participantes no estudo discriminaram menos os sujeitos apresentados como semelhantes do que os sujeitos apresentados como diferentes. No estudo 2, o mesmo autor, manipulando a semelhança de atitudes ao nível intergrupar, obteve resultados que confirmam os pressupostos da TIS. Diehl conclui que os pressupostos da TCC se aplicam mais ao campo das relações interpessoais, enquanto os da TIS fazem sentido no campo das relações intergrupais.

Podemos considerar que a pesquisa de Diehl mostra que a semelhança ou a diferença não são, por si mesmas, determinantes da discriminação. Aliás, Allen e Wilder (1975), contrariamente às suas hipóteses, não encontraram relação entre a semelhança ou a diferença intergrupar e a discriminação. Coloca-se então a questão de saber em que condições a percepção de semelhança pode implicar discriminação.

Os resultados de alguns estudos mostram que o efeito da semelhança sobre a discriminação verifica-se com maior probabilidade em contextos intergrupais competitivos (Brown e Abrams, 1986), ou quando o exogrupo é percebido como uma ameaça (Henderson-King, Henderson-King, Zhermer, Posokhova e Chiker, 1997), quando a semelhança é muito elevada (Roccas e Schwartz, 1993), quando as dimensões de comparação são importantes (Moghadam e Stringer, 1988), quando a identificação com o grupo é elevada (Roccas e Schwartz, 1993; Spears, Doosje e Ellemers, 1997) e ainda quando os membros do endogrupo se consideram membros prototípicos (Jetten, Spears e Manstead, 1997). Quanto ao efeito da estabilidade/instabilidade do estatuto dos grupos, este factor apresenta efeitos contraditórios (Mummendey e Schreiber, 1984; Turner, 1978). Desta forma, a semelhança, tal como a diferença, não é uma questão «perceptiva», mas um problema de atribuição de significado, regulado pelas variáveis moderadoras de nível psicossociológico que as pesquisas que acabámos de referir puseram em evidência.

Note-se, porém, que as pesquisas referidas, realizadas no quadro da TIS, manipulam semelhanças grupais que nalguns casos são apenas semelhanças

«mínimas» (e. g., Billig e Tajfel, 1973) e noutros casos são semelhanças de estatuto (e. g., Mummendey e Schreiber, 1984, e Turner, 1978), de prestígio ou de aptidões (e. g., Roccas e Schwartz, 1993). Com excepção dos estudos de Brown e Abrams (1986) e Diehl (1988), as diferenças caracteristicamente culturais ou atitudinais não têm sido estudadas de forma sistemática no contexto da TIS. Fica assim por saber se é a semelhança de recursos ou a semelhança simbólica que é percebida como uma ameaça. Note-se ainda que nenhuma das pesquisas realizadas no quadro da TIS sobre o papel da semelhança na discriminação envolveu relações entre grupos racializados (por exemplo, brancos vs. negros) e que, com excepção de poucos estudos (por exemplo, Brown e Abrams, 1986, Mummendey e Schreiber, 1984, e Turner, 1978), a assimetria do estatuto dos grupos também não foi considerada nos planos experimentais das pesquisas sobre o impacto da diferença cultural na discriminação intergrupala.

O papel da percepção da diferença e da semelhança como desencadeadores da discriminação racista e xenófoba permanece, assim, como problema. Vejamos outro exemplo. Numa revisão de vários estudos correlacionais realizados no Canadá junto de amostras representativas, Sabatier e Berry (1994) salientam dois tipos de resultados. Por um lado, uma maioria de canadianos pensa que os imigrantes «devem encorajar os filhos a conservar a sua cultura», posição que vai na direcção da TIS. Por outro lado, a maioria dos canadianos avalia mais positivamente os imigrantes de países europeus do que os imigrantes de países não europeus, posição que vai na direcção da TCC.

ADESÃO AOS VALORES DO INDIVIDUALISMO MERITOCRÁTICO E DISCRIMINAÇÃO

Formulámos já a hipótese de que a diferença e a semelhança não serão, por si sós, causadores da discriminação, dependendo o seu impacto de diferentes variáveis moderadoras, do seu significado e do nível de comparação social (intergrupala vs. interpessoal) em causa. Enunciamos agora a hipótese de que os valores do individualismo meritocrático podem também moderar o efeito da percepção de semelhança/diferença na discriminação de grupos racializados.

Lembremos que os valores sociais são considerados um factor central na discriminação racial pelas principais teorizações sobre os «novos racismos». As teorias do racismo moderno (McConahay, 1986) e do racismo simbólico (Kinder e Sears, 1981) propõem que é a percepção por parte dos brancos de que os negros violam os valores do individualismo associados à ética protestante, um sistema de valores central na cultura ocidental, que está na base da

discriminação. No caso do «racismo subtil» de Pettigrew e Meertens (1995), considera-se que a discriminação racial está hoje associada à atribuição de incapacidade de adaptação das minorias racializadas a esses mesmos valores.

Numa outra perspectiva, a teoria do racismo ambivalente (Katz e Hass, 1988) propõe que os valores do individualismo meritocrático, não como propriedade dos indivíduos, mas como característica dos contextos sociais, facilitam a discriminação racista, enquanto a saliência de normas sociais igualitárias a inibe. Da mesma forma, a teoria do racismo aversivo (Gaertner e Dovidio, 1986) tem mostrado que, na ausência de normas sociais igualitárias, as pessoas se mostram mais racistas. Qualquer destas duas teorias retoma, indirectamente, uma perspectiva de análise do racismo nos EUA que foi há algumas décadas formulada por Myrdal (1944) na sua obra *An American Dilemma*. Nessa obra, Myrdal analisa o racismo no quadro do conflito entre a crença no igualitarismo humanista e os interesses individuais e colectivos.

Numa perspectiva de análise do papel das diferenças individuais no preconceito racista, Feather (1984), bem como Biernat, Vescio e Theno (1996) e, ainda que noutro domínio do preconceito, Crandall (1994), mostraram como a maior ou menor adesão pessoal ao individualismo meritocrático é um factor que diferencia os indivíduos a nível das suas atitudes raciais. Em Portugal, as pesquisas de Vala, Brito e Lopes (1999) parecem indicar que a adesão pessoal à norma de justiça meritocrática, em oposição à norma do igualitarismo, é um importante preditor do racismo subtil.

Se considerarmos a oposição individualismo meritocrático/igualitarismo na linha dos estudos de Katz e Hass referidos acima, encontramos também suporte empírico para uma correlação positiva entre individualismo e discriminação. Por exemplo, tem-se encontrado uma correlação positiva entre a adesão aos valores do individualismo meritocrático e o autoritarismo (e. g., Lima e Camino, 1995, e Pereira, Lima e Camino, 2001) e entre autoritarismo e racismo (e. g., Altemeyer, 1994). Da mesma forma, Doise, Spini e Clémence (1999), num estudo transnacional sobre a representação social dos direitos humanos, verificaram uma associação positiva entre os valores do universalismo, na escala de Schwartz (1996), e a adesão aos direitos do homem. Também Schwartz (1996) mostra que os valores do universalismo e da benevolência (por exemplo, igualdade, justiça social e abertura intelectual) se encontram associados à abertura ao contacto intergrupar e que os valores de poder e de realização, próximos da configuração geralmente designada por individualismo meritocrático (por exemplo, orientação para o poder, riqueza, reconhecimento social e ambição), são preditores da escolha de estratégias competitivas nas relações intergrupais.

O PRESENTE ESTUDO

O estudo que a seguir se apresenta visa contribuir para o esclarecimento do papel da semelhança/diferença de crenças na discriminação intergrupar quando estão presentes os seguintes factores: assimetria do estatuto dos grupos, relações sociais racializadas, semelhança/diferença avaliada relativamente a uma dimensão central na definição do protótipo cultural do grupo dominante — o individualismo (em oposição ao colectivismo). Concretamente, esta pesquisa analisa o impacto da mudança vs. a não mudança da cultura de um grupo (branco/endogrupo vs. negro/exogrupo) na representação desse grupo. Os sujeitos entrevistados eram todos brancos e o caso apresentado aos participantes era o de um grupo que abandonava os valores colectivistas e os substituíra por valores individualistas ou que, pelo contrário, resistia à mudança e permanecia colectivista. Esta dimensão cultural (colectivismo vs. individualismo), que opõe a interdependência à independência indivíduo-grupo, no sentido das pesquisas de Markus e Kitayama (1991) e de Triandis (1989), representa um factor crítico na idealização da cultura ocidental. Como afirma Sampson (1989), o individualismo é central na definição da cultura WASP (*white anglo-saxon and protestant*) e esta é o padrão ideal das sociedades ocidentais. No quadro do cenário com o qual os respondentes eram confrontados, os grupos que mudam a sua cultura tornam-se culturalmente semelhantes ao grupo dominante. É neste contexto que colocamos as perguntas seguintes. Quando estão em causa valores que representam para o endogrupo uma fonte de distintividade simbólica e que estão associados à sua definição de «homens civilizados», as pessoas preferirão que um exogrupo racial mude a sua cultura e se torne semelhante ao endogrupo ou preferirão que o exogrupo mantenha a sua cultura, mantenha a sua diferença? E quando se trata de mudar a cultura de um grupo de brancos? Estes serão avaliados, por outros brancos, mais positivamente quando se mantêm colectivistas ou quando mudam para a cultura normativa dominante, a cultura individualista?

Relativamente à mudança cultural de um grupo de brancos no sentido de integrar a cultura branca dominante, quer a teoria da identidade social (TIS), nomeadamente na versão da teoria da autocategorização (Turner, 1987), quer a teoria da congruência de crenças (TCC), permitem prever uma avaliação positiva dessa mudança. A passagem dos brancos do colectivismo ao individualismo significa que se tornam semelhantes e conformes ao protótipo de «homem branco civilizado». Porém, no que se refere à avaliação de um grupo de negros que muda a sua cultura de colectivista para individualista, aquelas teorias fazem previsões opostas. A teoria da congruência de crenças prediz que o exogrupo que muda será avaliado mais positivamente do que o exogrupo que mantém a sua diferença. Pelo contrário, à luz da

teoria da identidade social, uma vez que o individualismo é um elemento central na cultura branca e um factor constitutivo da sua distintividade simbólica, deve esperar-se uma avaliação negativa de um exogrupo negro que adopta a cultura do endogrupo branco.

Predições idênticas às da TIS podem, neste caso, decorrer da teoria dos conflitos realistas de Sherif (1967) e, mais recentemente, da reanálise do racismo simbólico proposta por Bobo (1983). Se pensarmos que os valores individualistas representam um recurso simbólico importante na competição no mercado de trabalho, então a adopção desses valores por um exogrupo racial será percebida como uma ameaça e esse exogrupo será avaliado negativamente. No caso do nosso cenário é, pois, a própria semelhança que se constitui como uma ameaça não só no plano simbólico, mas também material.

No presente estudo, um terceiro conjunto de factores poderá jogar ainda a favor da semelhança como facilitadora da discriminação intergrupala. De facto, algumas reflexões teóricas (v., nomeadamente, Rothbart e Taylor, 1992) sugerem que as categorias raciais, como outras categorias sociais, são essencializadas e pensadas pelo senso comum como categorias naturais, hipótese que recebeu apoio empírico num estudo, embora exploratório, realizado por Haslam, Rothschild e Ernest (2000) (v. também Hirschfeld, 1998). As manifestações culturais das categorias raciais seriam então percebidas como expressões de essências biológicas e, por isso, seriam inalteráveis. Mas, no nosso entender, esta atribuição de inalterabilidade só pode ser feita a categorias exgrupais, sob pena de se retirar ao endogrupo a sua historicidade e capacidade de adaptação. Só os exogrupos, nomeadamente os percebidos como minoritários ou dominados, possuirão então uma «cultura naturalizada» e serão avaliados negativamente quando tentarem mudar «a ordem natural», substituindo a sua cultura por uma outra. Neste sentido, os negros que mudam a sua cultura serão avaliados mais negativamente do que os que não mudam.

A avaliação dos grupos-alvo faz-se, neste estudo, com base em traços habitualmente usados para caracterizar pessoas. Estes traços foram escolhidos de acordo com dois eixos analíticos: a sua valência (positiva/negativa) e o seu conteúdo (natureza/cultura). Ao nível da valência, espera-se que a discriminação se processe mais pela diferenciação dos grupos nos traços positivos do que nos traços negativos. Esta hipótese decorre da normatividade da assimetria positivo/negativo identificada por Sears (1983) e Mummendey (1995) e corresponde a um resultado recorrente nos estudos sobre as novas expressões do racismo (e. g., Gartner e Dovidio, 1986, Pettigrew e Meertens, 1995, e Vala, Lopes *et al.*, 1999). Os estudos destes autores mostram que o preconceito racista se manifesta mais na negação de traços positivos a um grupo racializado do que na atribuição de traços negativos a esse mesmo grupo.

O argumento relativo ao conteúdo dos traços seleccionados é menos comum na literatura. Como se referiu, os traços seleccionados são traços «naturais» e traços «culturais». Esta classificação decorre dos estudos de Moscovici e Pérez (1997 e 1999). Os traços «naturais» são aqueles que estudos anteriores a essas pesquisas mostraram ser usados quer na descrição de humanos, quer na descrição de animais. Por sua vez, os traços «culturais» são aqueles que mais claramente aparecem como típicos dos humanos, e não dos animais. As pesquisas destes mesmos autores sobre o preconceito anticigano mostram que este grupo, pelo menos nalgumas condições, é mais descrito pelos não ciganos com base em traços naturais do que culturais. Esta naturalização de exogrupos é igualmente patente na atribuição de emoções. Leyens e colaboradores (2000) mostram que em línguas (por exemplo, espanhol e francês) que distinguem entre emoções (por exemplo, raiva e tristeza) e sentimentos (por exemplo, rancor e nostalgia) as emoções são igualmente atribuídas a um endogrupo e a um exogrupo racializado (por exemplo, os norte-africanos), enquanto que os sentimentos são percebidos como mais específicos do endogrupo. De facto, só os sentimentos são percebidos como especificamente humanos e diferenciam, por isso, entre humanos e não humanos. Neste sentido, no nosso estudo esperamos que haja uma maior atribuição de traços naturais do que de traços culturais quando se tratar de avaliar o grupo dos negros.

Finalmente, introduzimos neste estudo, como variável moderadora, a adesão dos participantes ao individualismo meritocrático. Na linha da literatura já referida, esperamos que os sujeitos com maior adesão a esta orientação de valores mostrem graus mais elevados de discriminação dos negros, nomeadamente quando estes mudam a sua cultura e se tornam culturalmente semelhantes à cultura branca dominante.

MÉTODO

PARTICIPANTES

Participaram neste estudo 108 estudantes universitários brancos de Lisboa (72% do sexo feminino), variando a idade entre os 18 e os 37 anos ($M = 21$ anos; $DP = 0,63$).

DESENHO DO ESTUDO, PROCEDIMENTOS E VARIÁVEIS INDEPENDENTES

O estudo compreendia duas fases. Na primeira fase, os participantes respondiam a uma escala de valores adaptada de Schwartz e Bilsky (1987) que variava de 1 (oposto aos meus valores) a 7 (muitíssimo importante).

Seguindo Schwartz (1996), agregámos alguns dos valores das subdimensões «Poder» e «Realização», que se opõem aos valores do «Universalismo» (que caracterizam a abertura ao contacto intergrupar). Os valores utilizados foram: lucro, riqueza, poder e reconhecimento social ($M = 4,62$; $DP = 0,89$; $\alpha = 0,70$), valores centrais no «individualismo meritocrático» (v. a operacionalização de Katz e Hass, 1988). As pontuações dos participantes foram recodificadas tomando por base o critério da mediana: baixa adesão ao individualismo meritocrático (pontuações abaixo da mediana) e alta adesão (pontuações acima da mediana).

Na segunda fase pedia-se aos sujeitos que participassem num estudo sobre mudança cultural. Para isso deviam ler um resumo de um artigo (fictício) publicado na *Annual Review of Anthropology*. Este artigo apresentava a situação de um grupo de pessoas (brancos/negros) cuja cultura era claramente colectivista e que, por isso, vivia um certo número de problemas, nomeadamente devido ao facto de as crianças apresentarem baixo rendimento escolar, uma vez que os objectivos colectivos se sobrepunham aos individuais. O grupo foi então objecto de um programa de mudança cultural no sentido de mudar a sua cultura e implementar padrões de vida próprios do «individualismo» cultural (independência face ao grupo e maior valorização dos objectivos pessoais). Ao fim de quatro anos, uma avaliação mostrou que o grupo havia mudado vs. não mudado. A manipulação da cor da pele dos grupos era feita através de uma fotografia anexada ao resumo do artigo. Após a leitura do artigo, as pessoas eram convidadas a exprimir a sua opinião sobre o grupo com base em traços psicológicos, como se descreve adiante.

O desenho do estudo era, assim, um desenho «intersujeitos»: 2 (mudança cultural: o grupo muda a sua cultura, tornando-se individualista/não muda a sua cultura e permanece colectivista) \times 2 (cor da pele: brancos/negros) \times 2 (adesão dos participantes aos valores do individualismo meritocrático: alta adesão/baixa adesão).

VARIÁVEIS DEPENDENTES

Cada grupo foi avaliado com base numa lista de 16 adjectivos (1 – nada característico do grupo; 5 – extremamente característico). Para cada adjectivo, os participantes deveriam indicar também a sua valência (1 – muito negativo; 5 – muito positivo). Seguindo os procedimentos sugeridos por Moscovici e Pérez (1999), foram compostas as seguintes dimensões de representação dos grupos: «natureza positiva» (amantes do prazer, alegres, espontâneos e intuitivos; $\alpha = 0,81$); «natureza negativa» (agressivos, descontrolados, ruidosos e selvagens; $\alpha = 0,66$); «cultura positiva» (inteligentes, sábios, leais à sua identidade e solidários; $\alpha = 0,60$); «cultura nega-

tiva» (mentirosos, infantis, preguiçosos e supersticiosos; $\alpha = 0,53$). Por razões do plano experimental, os alfas de Cronbach de cada dimensão foram analisados com base nas avaliações que os participantes fizeram da valência dos traços.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

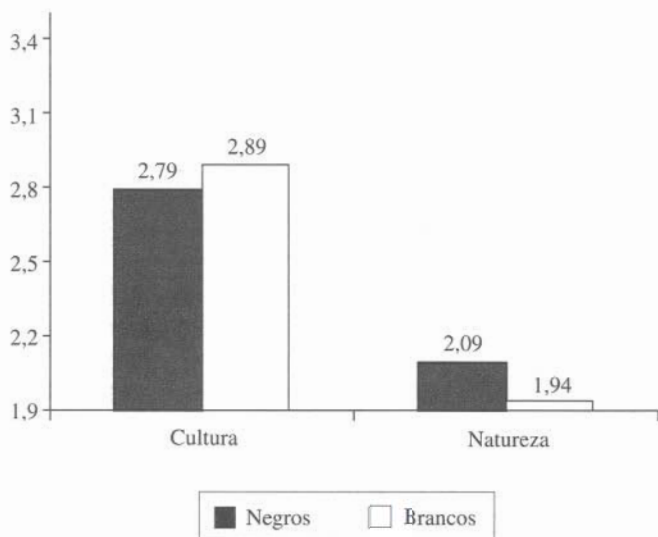
Os resultados foram avaliados através de uma análise de variância, tomando como variável dependente o tipo de traços atribuídos aos grupos, como variáveis independentes «intersujeitos» a cor da pele dos grupos-alvo (brancos/negros), a sua situação cultural (tornam-se individualistas/permanecem colectivistas) e a adesão dos participantes aos valores do individualismo meritocrático (alta adesão/baixa adesão) e como variáveis independentes «entre sujeitos» o conteúdo dos traços (natureza/cultura) e a sua valência (positivo/negativo).

Vamos expor os resultados de acordo com os objectivos da pesquisa. Embora não fazendo parte do problema principal deste estudo, verificámos o clássico efeito de positividade (Sears, 1983), manifestado num efeito principal da valência [$F(1,93) = 186,32$; $p < 0,0001$], que indica uma maior atribuição de traços positivos ($M = 2,90$; $DP = 0,46$) do que negativos ($M = 1,95$; $DP = 0,50$). Verificámos igualmente um efeito principal do conteúdo dos traços [$F(1,93) = 259,03$; $p < 0,0001$], que indica uma maior atribuição de traços de cultura ($M = 2,84$; $DP = 0,39$) do que de natureza ($M = 2,01$; $DP = 0,46$). Os resultados mostraram também uma interacção entre o conteúdo e a valência dos traços [$F(1,93) = 15,11$; $p < 0,0001$]. Esta interacção indica, sobretudo, que os traços de cultura positivos são muito mais usados ($M = 3,41$; $DP = 0,57$) do que os restantes traços, o que reforça o efeito de positividade. Indirectamente, estes resultados indicam que os sujeitos, ao diferenciarem os traços que denominámos de natureza e de cultura, estão a validar o significado, também diferente, que lhes atribuímos.

Vejam agora os resultados relativos à avaliação dos grupos negros vs. brancos. A análise de variância mostra uma interacção entre cor da pele e conteúdo dos traços [$F(1,93) = 5,49$; $p = 0,02$]. Na figura n.º 1 podemos ver que ocorre uma maior atribuição de traços de natureza para os negros do que para os brancos (Newman-Keuls, $p < 0,05$). Este resultado confirma a nossa hipótese de que os negros são representados como mais próximos do pólo da natureza do que os brancos, sendo por isso menos prototípicos da categoria de «seres humanos». Resultado idêntico foi obtido por Moscovici e Pérez (1999) no estudo sobre ciganos já referido, e está de acordo com a naturalização das categorias raciais exogrupais ao nível dos sentimentos/emoções (Leyens *et al.*, 2000).

Médias de atribuição de traços em função da cor da pele dos grupos-alvo e do conteúdo dos traços

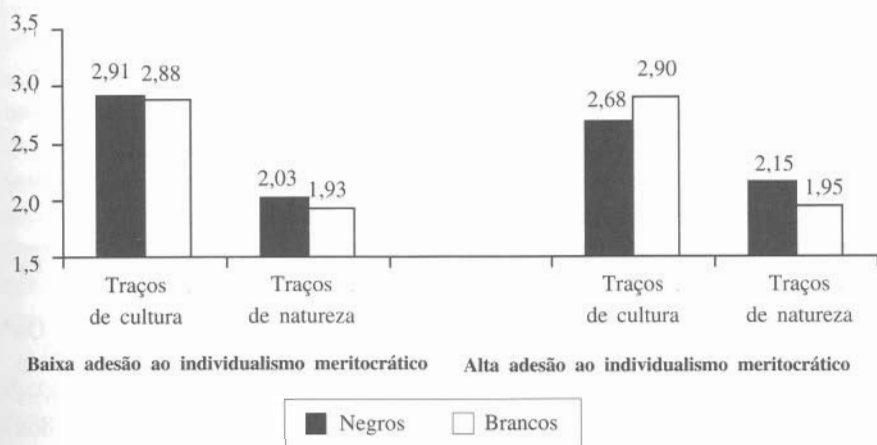
[FIGURA N.º 1]



Estes resultados devem ser interligados com o efeito da variável «individualismo meritocrático». De facto, observámos uma interacção, embora tendencial, entre a adesão aos valores do individualismo meritocrático e o conteúdo dos traços [$F(1,93) = 3,19; p = 0,07$]. Para analisar o significado desta interacção recorremos a um teste *post hoc* menos conservador (*least significance difference, LSD*). Verifica-se que, enquanto os traços de natureza são igualmente atribuídos aos grupos (*LSD, p > 0,10*) pelos participantes com alta ($M = 2,03$) e baixa adesão ($M = 1,98$) ao individualismo meritocrático, já os participantes com alta adesão aos valores do individualismo meritocrático atribuem menos traços de cultura (*LSD, p < 0,10*) na descrição dos grupos do que os participantes com baixa adesão ($M = 2,77$ vs. $M = 2,90$). Estes resultados devem ser interpretados à luz de uma interacção tripla, tendencial [$F(1,93) = 2,82; p = 0,09$], entre a cor da pele dos grupos-alvo, os valores dos participantes e o conteúdo dos traços. Como podemos ver na figura n.º 2, os participantes com baixa adesão aos valores do individualismo meritocrático atribuem mais traços de cultura do que de natureza, quer a brancos, quer a negros, enquanto os participantes com alta adesão atribuem significativamente mais traços de cultura a brancos do que a negros (*LSD, p < 0,05*) e mais traços de natureza aos negros do que aos brancos (*LSD, p < 0,05*). Verifica-se ainda que os que menos aderem ao individualismo meritocrático atribuem mais traços de cultura aos negros do que os que mais aderem (*LSD, p < 0,05*). Estes resultados, embora não sendo fortes, mostram uma associação entre a naturalização dos negros ou a sua infra-humanização e a adesão aos valores do individualismo meritocrático.

Médias de atribuição de traços em função da cor da pele dos grupos-alvo, da adesão dos participantes aos valores do individualismo meritocrático e do conteúdo dos traços

[FIGURA N.º 2]



No que se refere à mudança cultural dos grupos, verificámos um efeito principal deste factor [$F(1,93) = 3,59; p = 0,06$] que indica uma maior atribuição de traços para os grupos que permanecem colectivistas ($M = 2,49$) do que para os que mudam ($M = 2,36$). Verificámos ainda um efeito de interacção entre o factor mudança cultural e a valência dos traços [$F(1,93) = 5,65; p = 0,02$], o qual indica uma maior atribuição de traços positivos aos grupos que não mudam ($M = 3,05$) do que aos que mudam ($M = 2,76$) (Newman-Keuls, $p < 0,05$), ao passo que os traços negativos são igualmente atribuídos aos grupos que mudam ($M = 1,97$) e que não mudam ($M = 1,94$). Estes resultados indicam uma avaliação mais positiva dos grupos que se conservam «fiéis à sua cultura», embora, como se verá adiante, isto se verifique apenas na avaliação do grupo dos negros. Verificámos também um efeito de interacção entre a cor, a situação cultural e a adesão aos valores do individualismo meritocrático [$F(1,93) = 3,94; p = 0,05$], mas os testes *post hoc* não indicam diferenças significativas entre as células, de modo que não faz sentido interpretar o significado desta interacção.

A hipótese central do nosso trabalho é avaliada pela interacção entre a cor dos membros dos grupos, a situação cultural e a valência dos traços. Esta interacção mostrou-se significativa [$F(1,93) = 3,53; p = 0,06$]. No quadro n.º 1 podemos ver que, enquanto a avaliação dos grupos de brancos não varia em função da mudança cultural, no caso dos negros os que permanecem colectivistas são avaliados mais positivamente do que aqueles que se tornam individualistas (Newman-Keuls, $p < 0,05$).

Para tornar mais claro este resultado criámos um índice de discriminação (traços negativos-traços positivos). Realizámos então uma análise de variância cujas variáveis independentes foram as duas condições experimentais (cor e

Médias e desvios-padrões de atribuição de traços em função da cor da pele dos grupos, da sua posição face à mudança cultural e da valência dos traços

[QUADRO N.º 1]

Valência dos traços	Branços		Negros	
	Tornam-se individualistas (n = 26)	Tornam-se colectivistas (n = 25)	Tornam-se individualistas (n = 26)	Tornam-se colectivistas (n = 25)
Traços positivos	2,76 _a (0,09)	2,94 _a (0,09)	2,75 _a (0,09)	3,17 _b (0,09)
Traços negativos	1,93 _c (0,10)	2,04 _c (0,10)	2,01 _c (0,10)	1,83 _c (0,11)

Nota.- Letras diferentes indicam diferenças significativas entre as médias (Newman-Keuls, $p < 0,05$).

situação cultural) e a variável dependente foi o índice de discriminação. Os resultados podem ser vistos no quadro n.º 2. Observamos um efeito principal da situação cultural [$F(1,100) = 5,51$; $p < 0,05$] no sentido de uma avaliação mais positiva dos grupos que permanecem colectivistas ($M = -1,10$) do que dos grupos que se tornam individualistas ($M = -0,79$). A interacção entre a cor e o factor de mudança cultural aparece de forma ligeiramente mais robusta [$F(1, 100) = 3,79$; $p = 0,05$]. Confirma-se, portanto, que os negros que não mudam a sua cultura, que permanecem colectivistas, são avaliados mais positivamente do que aqueles que adoptam o individualismo do grupo dominante (Newman-Keuls, $p < 0,05$). Além disso, os negros que não mudam são avaliados mais positivamente do que os brancos que não mudam (Newman-Keuls, $p < 0,05$).

Médias de discriminação dos grupos (traços negativos-traços positivos) em função da cor da pele e da posição face à mudança cultural

[QUADRO N.º 2]

Cor da pele	Mudança cultural	
	Tornam-se individualistas	Permanecem colectivistas
Negros	- 0,75 _a	- 1,32 _b
Branços	- 0,83 _a	- 0,89 _a

Nota.- Letras diferentes indicam diferenças significativas entre as médias (Newman-Keuls, $p < 0,05$).

CONCLUSÕES

RACISMO E NATURALIZAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS

A literatura sobre o racismo tem assinalado que o racismo ancorado na ideia de raça e hierarquia racial se encontra em retracção. Ora os nossos

dados mostram que essa representação, embora em retracção, toma novas formas, como um vírus que sabe adaptar-se a situações adversas. De facto, nesta pesquisa, os negros são descritos mais através de traços naturais do que os brancos. Ou seja, este grupo é representado como mais distante do «protótipo de seres humanos» do que os brancos. Trata-se de uma manifestação de racismo baseada numa subtil infra-humanização dos negros. Este resultado está de acordo com outras expressões da desumanização de membros de exogrupos racializados, como se mostra nos estudos de Leyens *et al.* (2000) sobre emoções/sentimentos ou ainda na descrição de negros através de um menor número de traços do que os usados para descrever brancos (Vala, Brito *et al.*, 1999). A hipótese de Rothbart e Taylor (1992) sobre a naturalização das categorias sociais aplica-se, pois, mais à categoria «negros» do que «brancos».

De uma forma geral, estes resultados mostram também a pertinência da distinção entre traços naturais e culturais estabelecida por Moscovici e Pérez (1999), o que sugere que se deve desenvolver a articulação entre aquela distinção e a retórica da discriminação social. Aliás, num outro estudo realizado em Portugal (Correia, Brito e Vala, 2000) verificou-se que uma amostra de estudantes universitários portugueses «naturalizava», o mesmo é dizer «desculturalizava», de forma muito clara, os ciganos. Note-se, porém, que Moscovici e Perez verificaram, no estudo realizado em Espanha, uma naturalização dos ciganos apenas quando no contexto de resposta se evidenciava a resistência deste grupo à assimilação cultural. No nosso estudo, a naturalização dos negros ocorre independentemente da sua posição face à mudança cultural, o que remete para posições racistas mais claras.

Quanto à assimetria positivo/negativo (Mummendey, 1995) na atribuição de traços aos negros, verifica-se, de facto, que a avaliação negativa dos negros que se deixam assimilar se faz pela negação de traços positivos a este grupo, e não através da atribuição de traços negativos, resultado que vai na linha das novas expressões, veladas, do racismo.

RACISMO E ADESÃO AOS VALORES DO INDIVIDUALISMO MERITOCRÁTICO

Os resultados obtidos ao nível dos valores do individualismo meritocrático estão parcialmente de acordo com as nossas hipóteses. Verificámos que uma maior adesão aos valores do individualismo meritocrático se encontra associada a uma representação mais «naturalizada» dos negros e mais «culturalizada» dos brancos. No entanto, os participantes com adesão mais elevada ao individualismo meritocrático não se mostraram, contra as nossas

hipóteses, mais negativos na avaliação dos negros que adoptam a cultura branca dominante.

Relativamente aos estudos anteriores que analisaram a relação entre individualismo meritocrático e preconceito racial, o nosso estudo confirma os resultados da maioria desses estudos (Biernat *et al.*, 1996; Katz e Hass, 1988; Vala *et al.*, 1999), mas apresenta a novidade de mostrar que essa relação não se verifica apenas a nível avaliativo (positivo/negativo), mas também a nível do próprio conteúdo da representação: os negros são representados como uma categoria mais próxima da natureza e dos animais do que da cultura e da civilização. Desta forma, pensar em estratégias anti-racistas implica, em alguma medida, pensar em práticas de socialização orientadas para os valores do igualitarismo e do universalismo no sentido de Schwartz (1996), e não para os valores do individualismo meritocrático.

IDENTIDADE SOCIAL E SIGNIFICADOS DAS DIFERENÇAS CULTURAIS

Ao nível do impacto da diferença e da semelhança cultural na avaliação dos grupos, os resultados obtidos suportam a hipótese da teoria da identidade social, embora possa objectar-se que o *design* experimental não diferencia com a clareza necessária a mudança e a direcção da mudança. Com efeito, quando um exogrupo, racializado e inferiorizado, mostra uma orientação para adoptar os valores do grupo dos respondentes, os valores da cultura branca dominante, ele é mais discriminado do que quando mantém a sua cultura e, portanto, permanece diferente. Verificámos ainda que os brancos que permaneceram colectivistas, em ruptura com o protótipo da sua cultura, são objecto de uma avaliação mais negativa do que os negros que permaneceram colectivistas. A maior distância destes brancos ao protótipo de homem civilizado torna mais difícil identificá-los como membros do endogrupo, preocupação importante para preservar a identidade, nomeadamente por parte de indivíduos preconceituosos, como mostraram Blascovich, Wyer, Swart e Kibler (1997).

Sublinhem-se, no entanto, as condições em que os nossos resultados foram obtidos. Trata-se de resultados obtidos num contexto de relações sociais racializadas, e não com outro tipo de grupos, como grupos de trabalho, ou afiliativos, ou em contexto escolar, como é comum nas pesquisas sobre a identidade social. Além disso, os resultados reflectem juízos de um grupo dominante sobre um grupo dominado. Não são resultados obtidos com grupos sociais simétricos. Por último, esta pesquisa incidiu sobre um padrão cultural que é descrito como específico da cultura ocidental e que é ideali-

zado por essa mesma cultura. Outras diferenças culturais entre os grupos podem ser consideradas de forma positiva ou ambivalente (por exemplo, os hábitos alimentares, o vestuário, etc.), desde que não questionem a identidade do grupo. Mas a dimensão considerada nesta pesquisa é central para a identidade dos inquiridos e, neste sentido, a semelhança do exogrupo nesta dimensão constitui, ela própria, uma ameaça. Uma ameaça simbólica, mas também uma ameaça no plano dos recursos económicos, onde os valores do individualismo são considerados uma condição importante para a competição social. A perspectiva dos conflitos realistas de Sherif (1967) pode, pois, com propriedade, ajudar a interpretar os resultados obtidos. Note-se, aliás, que num estudo de Henderson-King e colaboradores (1997) é em situações de ameaça que a semelhança suscita a discriminação de um exogrupo. Resta saber quais os resultados que se obteriam se as mudanças se verificassem em aspectos periféricos da cultura.

Recentemente, a complexidade da avaliação das diferenças e das semelhanças em contexto intergrupar foi objecto de uma nova hipótese proposta por Mummendey e Wenzel (1999). No quadro desta hipótese, estabelecida com o apoio da teoria da autocategorização de Turner e colegas (1987), as diferenças entre dois grupos são avaliadas à luz do protótipo da categoria supra-ordenada que é percebida como inclusiva desses grupos (por exemplo, portugueses e castelhanos são europeus). A avaliação negativa das diferenças ocorre quando os dois grupos são incluídos numa mesma categoria supra-ordenada e quando um dos grupos (geralmente o dominante) projecta os seus atributos como atributos prototípicos dessa categoria supra-ordenada. Neste caso, a diferença representa uma ameaça à identidade, à validade e à superioridade do grupo que projectou os seus valores na categoria mais inclusiva, ou supra-ordenada.

Por outro lado, à luz desta hipótese, as diferenças podem também ser vistas como irrelevantes, indiferentes ou toleradas e podem até ser vistas como positivas. As diferenças são vistas como irrelevantes se nenhuma categoria de inclusão dos dois grupos é pertinente. Com efeito, nestas condições, os grupos não são comparáveis e as diferenças entre eles não revestem por isso qualquer significado. Por sua vez, as diferenças são avaliadas positivamente quando a diversidade é, ela própria, um elemento normativo do protótipo da categoria de inclusão. Esta hipótese pode ajudar-nos a reflectir sobre os nossos resultados.

De facto, pode considerar-se que a infra-humanização dos negros, apontada pelos nossos resultados, não significa a sua exclusão da categoria de seres humanos, o que ninguém «decente» admite hoje fazer, mas significa a sua exclusão da categoria «homens modernos e civilizados». É por referência a esta categoria que os grupos inferiorizados no plano racial e no plano étnico são avaliados. Sendo assim, o grupo de negros que não muda, que conserva

a sua cultura, pode ser avaliado positivamente, porque não pertence à categoria supra-ordenada «homem civilizado». A sua diferença é, por isso, aceitável, tolerada, podendo até suscitar simpatia ou piedade. Pelo contrário, o grupo de negros que supostamente adoptou o individualismo, que se tornou semelhante, representa uma ameaça ao protótipo de homem civilizado, na medida em que não preenche um dos atributos fundamentais desse protótipo — a cor branca. Aliás, estes grupos racializados e etnicizados, porque naturalizados, são vistos como incapazes de mudar. Como referia um dirigente da direita inglesa, citado por Hopkins, Reicher e Levine (1997, p. 309): «É duvidoso que a população de cor possa alguma vez assimilar os valores britânicos.»

Embora os nossos resultados sejam claramente interpretáveis à luz da teoria da identidade social, estas interpretações complementares (e *a posteriori*) reforçam a hipótese de que para entender a lógica das relações intergrupais não se deverão considerar as diferenças e as semelhanças *per se*. A resposta à nossa pergunta de partida deve ter em conta o significado e a importância das diferenças e das semelhanças na definição da identidade dos grupos. No caso presente, isto significa considerar a importância atribuída ao individualismo meritocrático como factor diferenciador da cultura branca dominante.

RELAÇÕES ENTRE GRUPOS E DIVERSIDADE CULTURAL

Estes resultados suscitam uma cuidada reflexão sobre as formas de gerir a diversidade cultural, problema que em Portugal, no quadro dos novos fluxos migratórios (v. Baganha, Marques e Fonseca, 2000, e Rosa *et al.*, 2001), irá tomar uma acuidade ainda maior do que aquela que Saint-Maurice (1997) anunciava já há alguns anos.

De acordo com os resultados obtidos no nosso estudo, a «assimilação» de um grupo minoritário à cultura do grupo maioritário pode conduzir a reacções de hostilidade por parte da maioria, nomeadamente em condições de percepção de ameaça cultural, quando estão em causa valores que a maioria considera definirem a especificidade da sua identidade e que, por isso, suscitam o medo de perda dessa mesma identidade. Será então a «separação» uma estratégia adequada? Sabemos que não. A separação não impede os processos de distintividade a favor do endogrupo, pode suscitar a percepção de uma hierarquia cultural e, ao exacerbar a diferença percebida no exogrupo, pode conduzir a uma ameaça suplementar à validade dos valores do endogrupo. Duas outras estratégias possíveis na gestão dos conflitos culturais têm sido estudadas no quadro da psicologia social: a integração, estratégia proposta por Berry (1984); e a identidade comum, proposta por Gaertner, Dovidio, Anastasio, Bachman e Rust (1993).

Berry propõe que as estratégias de relação cultural podem assumir quatro modalidades: a separação (fechamento de um grupo na sua própria cultura); a assimilação (sujeição de uma cultura a outra cultura); integração (defesa da cultura própria e respeito pelas outras culturas); marginalização (um estado de alienação psicológica decorrente da perda de quaisquer referentes culturais). Segundo os resultados dos estudos daquele autor (Berry, 1984 e 1992), o melhor equilíbrio nas relações intergrupais em sociedades ou contextos sociais marcados pela diversidade cultural pode ser conseguido através de estratégias de integração: os grupos minoritários conservam a diferença do seu património cultural e, ao mesmo tempo, respeitam ou adoptam valores da sociedade de acolhimento. Esta estratégia jogaria, assim, numa tensão entre assimilação (na linha da hipótese semelhança/atracção) e diferença (na linha da hipótese da diferenciação social da teoria da identidade social). A estratégia de integração, porém, mantém uma forte desigualdade social porque apenas envolve adaptação da minoria à maioria. Provavelmente, esta hipótese acaba por criar novos desequilíbrios decorrentes das dificuldades psicológicas e sociais associadas a essa adaptação unidireccional.

Por sua vez, o modelo da identidade comum de Gaertner e co-autores (1993) propõe, em alternativa às estratégias de individuação, tal como decorrentes do modelo do contacto interpessoal (Allport, 1954), e em alternativa às estratégias de saliência das categorizações múltiplas e cruzadas que cada pessoa partilha (Deschamps e Doise, 1978), que a recategorização das categorias sociais antagónicas numa nova categoria comum constituirá uma solução eficaz para os conflitos intergrupais. A avaliação empírica tem apoiado esta hipótese, mas ela não pode deixar de suscitar dúvidas, na medida em que pressupõe a subalternização das identidades sociais prévias dos indivíduos a favor de uma nova identidade comum. À luz dos nossos resultados e de outros estudos, esta subalternização das identidades, esta perda de distintividade, constitui um novo problema, e não uma solução. Foi nesta linha de reflexão que Vala, Lima e Monteiro (1987), na sequência de Hewstone e Brown (1986), elaboraram uma hipótese de gestão dos conflitos intergrupais que assenta na criação de identidades comuns e na manutenção das identidades particulares. Na mesma linha, Hornsey e Hogg (2000) mostram que é possível conseguir relações mais cooperativas entre grupos quando as identidades grupais específicas e, simultaneamente, uma pertença supra-ordenada são tornadas salientes do que quando se salienta apenas a identidade comum. Mas, quer no caso do modelo da identidade comum de Gaertner *et al.* (1993), quer no caso do modelo de Hornsey e Hogg (2000), permanece como problema o conteúdo das identidades. Em nosso entender, a cooperação intergrupar só será possível quando as identidades particulares forem definidas de forma inclusiva, e não exclusiva, e quando as identidades

comuns integrarem no seu protótipo normativo a ideia de diversidade, como sugerem Mummendey e Wenzel (1999). Ora os nossos resultados mostram que um dos obstáculos a um protótipo do humano caracterizado pela diversidade é o modelo ocidental de homem, ancorado nos valores do poder e do individualismo meritocrático. Um protótipo supra-ordenado caracterizado pela diversidade implica, pois, uma mudança cultural. Mas implica também confiança ou segurança na identidade cultural infra-ordenada, tal como parecem apontar alguns estudos (e. g., Berry *et al.*, 1977).

A pergunta central neste estudo refere-se ao papel da diferença e da semelhança na discriminação racista. No prefácio à reedição de um livro muito curioso do padre Luís Fróis, escrito em 1585, onde o autor relata as diferenças de costumes entre portugueses e japoneses, Lévi-Strauss (1998) reflecte sobre o significado da diferença. Para Lévi-Strauss, a obra de Fróis não assinala tanto «diferenças» como oposições ou inversões que remetem para «relações transparentes de simetria»: «A simetria entre duas culturas une-as opondo-as. Elas aparecem ao mesmo tempo como semelhantes e diferentes, como a imagem simétrica de nós mesmos [...]. Quando o viajante se convence de que costumes opostos aos seus, que ele seria tentado a desprezar e a rejeitar, são, na realidade, idênticos quando vistos ao contrário, isso confere ao viajante a possibilidade de se apropriar do estranho, de o tornar familiar» (Lévi-Strauss, 1998, p. 11).

Mas o significado psicológico da diferença não pode ser desligado do contexto político. Terminamos com um episódio da história do Egipto contado pelo romancista e ensaísta Amin Maalouf (1998) no seu livro *Identidades Assassinas*.

Maalouf relata como para Muhammad-Ali, um vice-rei do Egipto do início do século XIX, a única forma de evoluir era imitar a Europa. Procedeu então a uma ocidentalização voluntarista. Muhammad-Ali e o Egipto tornaram-se perigosos para o Ocidente, tendo as potências europeias enviado contra ele uma expedição militar comum. Muhammad-Ali foi vencido e humilhado. Segundo Maalouf, «a conclusão que os árabes tiraram e ainda hoje tiram deste episódio é a de que o Ocidente não quer que ninguém se lhe assemelhe, quer somente que lhe obedeçam» (p. 89). Uma reflexão a ter em conta quando alguns milhões de novos imigrantes se preparam para bater à porta da Europa e a Europa não pode sobreviver sem os deixar entrar.

BIBLIOGRAFIA

- AKRAMI, N., EKEHAMMAR, B., e ARAYA, T. (2000), «Classical and modern racism prejudice: a study of attitudes toward immigrants in Sweden», in *European Journal of Social Psychology*, 30, pp. 521-532.
- ALEXANDRE, V. (1999), «O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)», in J. Vala (coord.), *Novos Racismos*, Oeiras, Celta, pp. 133-144.

- ALLEN, V. L., e WILDER, D. A. (1975), «Categorisation, belief similarity, and group similarity», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, pp. 971-977.
- ALLPORT, G. W. (1954), *The Nature of Prejudice*, Wokingham, Addison-Wesley.
- ALMEIDA, M. V. (2000), *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras, Celta.
- ALTEMEYER, B. (1994), «Reducing prejudice in right-wing authoritarianism», in M. P. Zanna e J. M. Olson (eds.), *The Psychology of Prejudice: The Ontario Symposium*, vol. 8, Hillsdale, Nova Jérσία, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 131-148.
- AMÂNCIO, L. (2000), «Identidade social e relações intergrupais», in J. Vala e M. B. Monteiro (orgs.), in *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4.^a ed., pp. 387-409.
- ARCURI, L., e BOCCA, S. (1999), «Posicionamentos políticos: racismo subtil e racismo flagrante em Itália», in J. Vala (coord.), *Novos Racismos*, Oeiras, Celta, pp. 61-78.
- AREIA, M. (2000), «A miscigenação em Casa Grande & Senzala», in A. Moreira e J. C. Venâncio (eds.) (2000), *Luso-Tropicalismo: Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega.
- AUGOUSTINOS, M., e WALKER, I. (1995), *Social Cognition: An Integrated Introduction*, Oxford, Clarendon Press.
- BAGANHA, M. I., MARQUES, J. C. e FONSECA, G. (2000), *Is an Ethnaclass Emerging in Europe? The Portuguese Case*, Lisboa, FLAD.
- BASTOS, C. (1998), «Notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre», in *Análise Social*, 23, pp. 415-432.
- BERRY, J. W. (1984), «Cultural relations in plural societies: alternatives to segregation and their sociopsychological implications», in N. Miller e M. B. Brewer (eds.), *Groups in Contact: The Psychology of Desegregation*, Nova Iorque, Academic Press, pp. 11-27.
- BERRY, J. W. (1992), «Acculturation and adaptation in a new society», in *International Migration*, 30, pp. 69-80.
- BERRY, J. W., KALIN, R. e TAYLOR, D. M. (1977), *Multiculturalism and Ethnic Attitudes in Canada*, Otava, Supply and Services Canada.
- BIERNAT, M., VESCIO, T. K., THENO, S. A., e CRANDALL, C. S. (1996), «Values and prejudice: toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes», in C. Seligman, J. M. Olson e M. P. Zanna (eds.), *The Psychology of Values: The Ontario Symposium*, vol. 8, pp. 153-189, Nova Jérσία, Lawrence Erlbaum Associates.
- BILLIG, M., e TAJFEL, H. (1973), «Social categorisation and similarity in intergroup behavior», in *European Journal of Social Psychology*, 3, pp. 1-16.
- BLASCOVICH, J., WYER, N. A., SWART, L. A., e KIBLER, J. L. (1997), «Racism and racial categorization», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, pp. 1364-1372.
- BOBO, L. (1983), «Whites' opposition to bussing: symbolic racism or realistic group conflict?», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, pp. 1196-1210.
- BREWER, M. B., e CAMPBELL, D. T. (1976), *Ethnocentrism and Intergroup Attitudes: East African Evidence*, Nova Iorque, Russell Sage.
- BREWER, M. B. (1991), «The social self: on being the same and different at the same time», in *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17, pp. 475-482.
- BROWN, R. (1984), «The role of similarity in intergroup relations», in H. Tajfel (ed.), *The Social Dimensions: European Developments in Social Psychology*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 603-623.
- BROWN, R. J., e ABRAMS, D. (1986), «The effect of intergroup similarity and goal independence on intergroup relations», in *Journal of Experimental and Social Psychology*, 22, pp. 78-92.
- BROWN, R., HINKLE, S., ELY, P. G., FOX-CARDAMONE, L., MARAS, P., e TAYLOR, L. A. (1992), «Recognising group diversity: individualist-collectivist and autonomous — relational social orientations and their implications for intergroup process», in *British Journal of Social Psychology*, 31, pp. 327-342.
- BYRNE, D. (1971), *The Attraction Paradigm*, Nova Iorque, Academic Press.
- CASTELO, C. (1999), *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1061)*, Porto, Edições Afrontamento.

- CODOL, J. P. (1984), «Social differentiation and non-differentiation», in H. Tajfel (ed.), *The Social Dimensions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CORREIA, I., BRITO, R., e VALA, J. (2000), *Normes antiracistas et persistance du racisme flagrant: analyse comparative des attitudes face aux tziganes et face aux noirs au Portugal*, Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE, manuscrito não publicado.
- CRANDALL, C. S. (1994), «Prejudice against fat people: ideology and self-interest», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, pp. 882-894.
- DESCHAMPS, J. C., e DOISE, W. (1978), «Crossed category memberships in intergroup relations», in H. Tajfel (ed.), *Differentiation between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*, Londres, Academic Press.
- DIEHL, M. (1988), «Social identity and minimal groups: the effects of interpersonal and intergroup attitudinal similarity on intergroup discrimination», in *British Journal of Social Psychology*, 27, pp. 289-300.
- DOISE, W. (1976-1984), *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*, Lisboa, Moraes Editores.
- DOISE, W., SPINI, D. e CLÉMENCE, A. (1999), «Human rights studied as social representations in cross-national contexts», in *European Journal of Social Psychology*, 29, pp. 1-29.
- FEATHER, N. T. (1984), «Protestant ethic, conservatism, and values», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, pp. 1132-1141.
- FESTINGER, L. (1954), «A theory of social comparison process», in *Human Relations*, 7, pp. 117-140.
- FRÓIS, L. (1585-1998), *Européens e Japonais: traité sur les contradictions et différences de mœurs*, Chandeigne, Paris.
- GAERTNER, S. L., DOVIDIO, J. F., ANASTASIO, P. A., BACHMAN, B. A., e RUST, M. C. (1993), «The common intergroup identity model: recategorization and the reduction of intergroup bias», in *European Review of Social Psychology*, 4, pp. 5-26.
- GAERTNER, S. L., e DOVIDIO, J. F. (1986), «The aversive form of racism», in J. F. Dovidio e S. L. Gaertner (eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism*, Nova Iorque, Academic Press, pp. 61-89.
- HADDOCK, G., ZANNA, M. P., e ESSES, V. M. (1994), «The (limited) role of trait laden stereotypes in prediction attitudes toward native people», in *British Journal of Social Psychology*, 33, pp. 83-106.
- HASLAM, N., ROTHSCHILD, L., e ERNEST, D. (2000), «Essentialist beliefs about social categories», in *British Journal of Social Psychology*, 39, pp. 113-127.
- HEIDER, F. (1958), *The Psychology of Interpersonal Relations*, Nova Iorque, Wiley.
- HENDERSON-KING, E., HENDERSON-KING, D., ZHERMER, N., POSOKHOVA, S., e CRIKER, V. (1997), «In-group favouritism and perceived similarity: a look at Russians' perceptions in the post-soviet era», in *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, pp. 1013-1021.
- HEWSTONE, M. R. C., e BROWN, R. (1986), «Contact is not enough: An intergroup perspective on the contact hypothesis», in M. R. C. Hewstone e R. Brown (eds.), *Contact and Conflict in Intergroup Encounters*, Oxford, Blackwell.
- HIRSCHFELD, L.A. (1998), «Natural assumptions: race, essence, and taxonomies of human kinds», in *Social Research*, 65, pp. 331-349.
- HOPKINS, N., REICHER, S., e LEVINE, M. (1997), «On the parallels between social cognition and the 'new racism'», in *British Journal of Social Psychology*, 36, pp. 305-339.
- HORNSEY, M. J., e HOGG, M. A. (2000), «Intergroup similarity and subgroup relations: some implications for assimilation», in *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, pp. 948-958.
- JETTEN, J., SPEARS, R., e MANSTEAD, A. S. R. (1997), «Identity threat and prototypicality: combined effects on intergroup discrimination and collective self-esteem», in *European Journal of Social Psychology*, 27, pp. 635-657.

- KATZ, I., e HASS, R. G. (1988), «Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, pp. 893-905.
- KINDER, D. R., e SEARS, D. O. (1981), «Symbolic racism vs. threats to the good life», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, pp. 414-431.
- LEACH, C. W., PENG, T. R., e VOLCKENS, J. (2000), «Is racism dead? Comparing (expressive) means and (structural equations) models», in *British Journal of Social Psychology*, 39, pp. 449-465.
- LEMAINE, G. (1974), «Social differentiation and social originality», in *European Journal of Social Psychology*, 4, pp. 17-52.
- LEVINE, R. A., e CAMPBELL, D. T. (1972), *Ethnocentrism: Theories of Conflict, Ethnic Attitudes and Group Behaviour*, Nova Iorque, John Wiley.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1998), «Préface», in L. Fróis, *Européens e Japonais: traité sur les contradictions et différences de moeurs*, Chandeigne, Paris, pp. 7-11.
- LEYENS, J. P., PALADINO, P., RODRIGUEZ-TORRES, R., VAES, J., DEMOULIN, S., RODRIGUEZ-PEREZ, A., e GAUNT, R. (2000), «The emotional side of prejudice: the attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups», in *Personality and Social Psychology Review*, 2, pp. 186-197.
- LIMA, M. E. O., e CAMINO, L. (1995), «A política na vida de estudantes universitários: uma análise em termos de espaço político e de valores», in M. J. Lima Silva (org.), *Iniciados: João Pessoa*, Editora da Universidade Federal da Paraíba, pp. 13-36.
- MAALOUF, A. (1998-1999), *As Identidades Assassinas*, DIFEL, Algés.
- MARKUS, H., e KITAYAMA, S. (1991), «Culture and the self: implications for cognition, emotion and motivation», in *Psychological Review*, 98, pp. 224-253.
- MCCONAHAY, J. B. (1986), «Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale», in J. F. Dovidio e S. L. Gaertner (eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism*, Nova Iorque, Academic Press, pp. 91-125.
- MOE, J. L., NACOSTE, R. W., e INSKO, C. A. (1981), «Belief versus race as determinant of discrimination: a study southern adolescents in 1966 and 1979», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, pp. 1031-1050.
- MOGHADDAM, F., e STRINGER, P. (1988), «Outgroup similarity and intergroup bias», in *Journal of Social Psychology*, 128, pp. 105-115.
- MOSCOVICI, S., e PÉREZ, J. A. (1997), «Prejudice and social representations», in *Papers on Social Representations*, 6, pp. 27-36.
- MOSCOVICI, S., e PÉREZ, J. A. (1999), «A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos», in J. Vala (coord.), *Novos Racismos*, Oeiras, Celta.
- MUMMENDEY, A. (1995), «Positive distinctiveness and social discrimination: an old couple living in divorce», in *European Journal of Social Psychology*, 25, pp. 657-670.
- MUMMENDEY, A., e SCHREIBER, H. (1984), «Social comparison, similarity and intergroup favouritism», in *European Journal of Social Psychology*, 14, pp. 231-233.
- MUMMENDEY, A., e WENZEL, M. (1999), «Social discrimination and tolerance in intergroup relations: reactions to intergroup difference», in *Personality and Social Psychology Review*, 3, pp. 158-174.
- MYRDAL, G. (1944), *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*, Nova Iorque, Harper and Row.
- PEDERSON, A., e WALKER, I. (1997), «Prejudice against Australian Aborigines: old-fashioned and modern forms», in *European Journal of Social Psychology*, 27, pp. 561-587.
- PEREIRA, C. R., LIMA, M. E. O., e CAMINO, L. (2001), «Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários de João Pessoa», in *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 14 (1).
- PETTIGREW, T. F., e MEERTENS, R. W. (1995), «Subtle and blatant prejudice in Western Europe», in *European Journal of Social Psychology*, 25, pp. 57-75.
- PINA CABRAL, J. (1997), *Racismo ou Etnocentrismo?*, manuscrito não publicado, Universidade Atlântica.
- ROCCAS, S., e SCHWARTZ, S. H. (1993), «Effects of intergroup similarity on intergroup relations», in *European Journal of Social Psychology*, 23, pp. 581-595.

- ROKEACH, M. (1960), *The Open and Closed Mind*, Nova Iorque, Basic Books.
- ROKEACH, M., e MEZZEL, L. (1966), «Race and shared belief as factor in social choice», in *Science*, 151, pp. 167-172.
- ROKEACH, M., SMITH, P. W., e EVANS, R. I. (1960), «Two kinds of prejudice or one?», in M. Rokeach (ed.), *The Open and Closed Mind*, Nova Iorque, Basic Books.
- ROSA, M. J., MARQUES, M. M., OLIVEIRA, C., ARAÚJO, F., OLIVEIRA, N., e DIAS, N. (2001), *Imigrantes Internacionais: dos Factos aos Conceitos. (Working papers, n.º 17)*, Lisboa, SociNova.
- ROTHBART, M., e TAYLOR, M. (1992), «Category labels and social reality: do we view social categories as natural kinds?», in G. B. Semin e K. Fielder (eds.), *Language, Interacting, and Social Cognition*, Londres, Sage, pp. 11-36.
- SABATIER, C., e BERRY, J. (1994), «Immigration et acculturation», in R. Bourhis e J. P. Leyens, (eds.), *Stéréotypes, discrimination et relations intergroups*, Mardaga, Bruxelles, pp. 261-292.
- SAMPSON, E. E. (1989), «The deconstruction of the self», in J. Shotter e K. J. Gergen (eds.), *Texts of Identity*, Londres, Sage, pp. 1-19.
- SAINT-MAURICE, A. (1997), *Identidades Reconstruídas – Cabo-Verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta.
- SCHWARTZ, S. H. (1996), «Value priorities and behaviour: applying a theory of integrated value systems», in C. Seligman, J. M. Olson e M. P. Zanna (eds.), *The Psychology of Values: The Ontario Symposium*, vol. 8, Mahwah, Nova Jérsea, LEA Publishers, pp. 1-24.
- SCHWARTZ, S. H., e BLSKY, W. (1987), «Toward a universal psychological structure of human values», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, pp. 550-562.
- SEARS, D. O. (1983), «The person-positivity bias», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, pp. 705-720.
- SHERIF, M. (1967), *Group Conflict and Cooperation: Their Social Psychology*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- SPEARS, R., DOOSJE, B., e ELLEMERS, N. (1997), «Ingroup stereotyping in face to threats to group status and distinctiveness: the role of group identification», in *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, pp. 538-553.
- STRUCH, N., e SCHWARTZ, S. H. (1989), «Intergroup aggression: predictors and distinctiveness from ingroup bias», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, pp. 364-373.
- TAGUIEFF, P. A. (1990), «The new cultural racism in France», in M. Bulmer e J. Solomos (eds.), *Racism*, Oxford Readers, Oxford, University Press, pp. 206-212.
- TAJFEL, H. (1974), «Social identity and intergroup behavior», in *Social Science Information*, 13, pp. 65-93.
- TAYLOR, D. M., e GUIMOND, S. (1978), «The belief theory of prejudice in a intergroup context», in *Journal of Social Psychology*, 105, pp. 11-25.
- TOURAINÉ, A. (1998), *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*, Petrópolis, Vozes.
- TRIANDIS, H. C. (1989), «The self and social behaviour in differing cultural contexts», in *Psychological Review*, 96, pp. 506-520.
- TURNER, J. (1978), «Social comparison, similarity and ingroup favouritism», in H. Tajfel (ed.), *Differentiation between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*, Londres, Academic Press, pp. 235-250.
- TURNER, J. C. (1987), «A self-categorization theory», in J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reider e M. S. Wetherell (eds.), *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory*, Oxford, Blackwell, pp. 42-67.
- VALA, J., LIMA, M. L., e MONTEIRO, M. B. (1987), «Conflitos intergrupais em contexto organizacional: problemas de investigação e intervenção – estudo de um caso», in *Análise Social*, 23, pp. 801-814.
- VALA, J., BRITO, R., e LOPES, D. (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal: Perspectivas Psicossociológicas*, Lisboa, editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- VALA, J., LOPES, D., e BRITO, R. (1999), «A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias», in J. Vala (coord.), *Novos Racismos*, Oeiras, Celta.
- VAN OUDENHOVEN, J. P., PRINS, K. S., e BUUNK, B. P. (1998), «Attitudes of minority and majority members towards adaptation of immigrants», in *European Journal of Social Psychology*, 28, pp. 995-1013.
- WALKER, I. (1994), «Attitudes toward minorities: survey evidence of the Western Australians attitudes to Aborigines, Asians and Women», in *Australian Journal of Psychology*, 46, pp. 41-56.
- WIEVIORKA, M. (1995), «Racismo e modernidade», in M. Wieviorka (org.), *Racismo e Modernidade*, Lisboa, Bertrand.
- YZERBYT, V., ROCHER, S., e SCHADRON, G. (1996), «Stereotypes as explanations: a subjective essentialistic view of group perception», in R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers e S. A. Haslam (eds.), *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life*, Londres, Blackwell, pp. 20-50.